

LETRAMENTO FINANCEIRO NA TERCEIRA IDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O APRENDIZADO CONTÍNUO

Josilaine Oliveira de Souza ¹Joel de Sá Rosa ²Mabel Lopes Azevedo ³Rosalee Santos Crespo Istoe ⁴

RESUMO

A crescente longevidade no Brasil exige abordagens educacionais inovadoras, sobretudo no campo da educação financeira para idosos. Este estudo investiga como o letramento financeiro, compreendido como a capacidade de gerenciar recursos e tomar decisões econômicas conscientes, contribui para escolhas seguras, prevenindo o superendividamento e promovendo estabilidade econômica na velhice. A pesquisa analisa desafios como a exclusão digital, que limita o acesso a ferramentas financeiras on-line; as crenças culturais sobre dinheiro, tal como o tabu em discutir finanças ou a dependência de familiares; e as limitações impostas por baixos níveis de escolaridade formal, que dificultam a compreensão de conceitos como juros e investimentos. Discutem-se metodologias pedagógicas que favorecem o aprendizado na terceira idade, destacando abordagens interativas, como oficinas práticas sobre gestão de aposentadoria, e contextualizadas, que respeitam o ritmo e as experiências desse público. Os resultados indicam que a educação financeira contínua fortalece a autonomia dos idosos, ampliando sua resiliência ante as transformações econômicas e tecnológicas e promovendo maior participação social. A exclusão digital e a baixa escolaridade intensificam vulnerabilidades, a exemplo dos riscos de empréstimos consignados, enquanto crenças culturais moldam atitudes resistentes às mudanças. Em âmbito metodológico, o estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de práticas de conscientização financeira. Assim, evidenciou-se a necessidade de iniciativas educacionais acessíveis e inclusivas, que contemplem as especificidades da terceira idade, como a adaptação a ferramentas digitais e o enfrentamento de tabus financeiros. Tais estratégias atuam para capacitar os idosos, reduzir desigualdades e promover um envelhecimento ativo e economicamente sustentável, em um contexto de crescente envelhecimento populacional.

Palavras-chave: Letramento Financeiro, Educação de Idosos, Inclusão Social.

¹ Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, josilaine.souza@email.com;

² Doutorando em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, joel.rosa@email.com;

³ Doutoranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, mabel.azevedo@email.com;

⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, rosalee.istoe@email.com.



INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade global que tem se intensificado nas últimas décadas, em especial no Brasil, onde a população idosa cresce em ritmo acelerado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), o país conta com 32 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, o que representa 15% da população total. Esse cenário demográfico traz consigo diversos desafios socioeconômicos, entre os quais se destaca a necessidade de promover a autonomia financeira dos idosos em um contexto de crescente complexidade econômica e tecnológica.

O letramento financeiro, entendido como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem aos indivíduos tomarem decisões financeiras conscientes e informadas, assume papel fundamental na promoção da qualidade de vida na terceira idade. Contudo, dados do Relatório de Letramento Financeiro do Banco Central do Brasil (2023) revelam que apenas 35% dos brasileiros com mais de 60 anos possuem conhecimentos financeiros básicos, o que evidencia a urgência de iniciativas educacionais voltadas a esse público.

Fatores como a redução da renda após a aposentadoria, o aumento dos gastos com saúde, a baixa escolaridade e a exclusão digital agravam a vulnerabilidade financeira dos idosos. Ademais, seis milhões de idosos brasileiros encontravam-se superendividados em 2023, em decorrência de práticas abusivas no mercado de crédito, como o crédito consignado (Serasa, 2023). Esse cenário é preocupante quando se considera que muitos idosos são responsáveis pelo sustento de suas famílias, com suas aposentadorias e pensões representando a principal fonte de renda de seus lares.

A experiência de quem atuou no mercado financeiro brasileiro nas últimas décadas oferece uma perspectiva sobre a evolução do acesso ao crédito para idosos e as consequências da falta de letramento financeiro nessa população. Antes de 2003, quando foi criado o crédito consignado para aposentados e pensionistas, os idosos eram invisíveis para o sistema financeiro, enfrentando discriminação e exclusão. Era comum ouvir de lideranças bancárias expressões como *precisamos tirar o lixo da agência*, referindo-se aos idosos que buscavam serviços financeiros, mas não tinham acesso ao crédito.

Essa realidade refletia uma concepção distorcida de cidadania financeira, na qual os idosos eram vistos como um público sem valor econômico, apesar de sua contribuição histórica para a sociedade. Assim, a ausência de produtos financeiros adequados às necessidades dessa



população não apenas limitava seu acesso a recursos, bem como reforçava estereótipos negativos sobre a velhice, como se os idosos fossem incapazes de gerir suas próprias finanças ou de contribuir para a economia.

A criação do crédito consignado, em 2003, representou um marco na inclusão financeira dos idosos no Brasil. Pela primeira vez, aposentados e pensionistas passaram a ter acesso facilitado ao crédito, com taxas de juros mais baixas e prazos mais longos. Essa mudança foi fundamental para reconhecer os idosos como cidadãos com direitos financeiros, capazes de tomar decisões sobre seus recursos e de participar de maneira ativa da economia.

No entanto, essa inclusão financeira ocorreu de forma incompleta e, em muitos casos, prejudicial. Enquanto se abriram as portas para o acesso ao crédito, não houve um investimento correspondente em educação financeira para esse público. O resultado foi uma exposição dos idosos a práticas predatórias, levando-os ao superendividamento e à perda de autonomia financeira. A facilidade de contratação do crédito consignado, com desconto direto na folha de pagamento, combinada com a falta de compreensão sobre juros, prazos e impacto no orçamento, criou um cenário de vulnerabilidade para muitos idosos.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo investigar como o letramento financeiro pode contribuir para escolhas seguras, prevenindo o superendividamento e promovendo estabilidade econômica na velhice. Analisam-se os desafios enfrentados pelos idosos no campo da educação financeira, como a exclusão digital, as crenças culturais sobre dinheiro e as limitações impostas por baixos níveis de escolaridade formal. Além disso, discutem-se metodologias pedagógicas que favoreçam o aprendizado na terceira idade, destacando abordagens interativas e contextualizadas que respeitem o ritmo e as experiências desse público.

A relevância deste estudo reside na necessidade de desenvolver estratégias educacionais que contemplem as especificidades da terceira idade, promovendo não apenas a aquisição de conhecimentos financeiros, mas também o fortalecimento da autonomia e da participação social dos idosos. Em um contexto de crescente digitalização dos serviços financeiros e de transformações nas relações de consumo, torna-se imperativo capacitar os idosos para que possam navegar com segurança nesse novo cenário, preservando sua dignidade e sua independência financeira.

Para tanto, este artigo está estruturado em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se a metodologia utilizada no estudo. Em seguida, desenvolve-se o referencial teórico, no qual se articulam conceitos de educação financeira, envelhecimento ativo, pedagogia freiriana,



exclusão digital e autonomia na velhice. Na quarta seção, são discutidos os resultados da pesquisa, com ênfase nos desafios e nas possibilidades para o letramento financeiro na terceira idade. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se as principais conclusões e apontam-se caminhos para futuras pesquisas e intervenções nesse campo.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de iniciativas práticas de conscientização financeira voltadas ao público idoso. A escolha dessa abordagem metodológica justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que demanda uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, econômicos e educacionais relacionados ao letramento financeiro na terceira idade.

A revisão bibliográfica foi realizada com o apoio de bases de dados científicos nacionais e internacionais, como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Na busca, utilizaram-se os seguintes descritores: “letramento financeiro”, “educação financeira”, “idosos”, “terceira idade”, “envelhecimento ativo” e “inclusão digital”. Foram selecionados artigos, livros, dissertações e relatórios publicados entre 2015 e 2025, com ênfase em produções recentes, a fim de garantir a atualidade das informações. Também foram consultados documentos oficiais e relatórios de instituições como Banco Central do Brasil, IBGE, Serasa e Organização Mundial da Saúde (OMS), que fornecem dados estatísticos sobre a população idosa e o cenário financeiro brasileiro.

A análise das iniciativas práticas de conscientização financeira foi conduzida por meio do levantamento de programas, projetos e ações educativas desenvolvidos por instituições públicas, privadas e do terceiro setor, voltados especificamente para o público idoso no Brasil. Nesse sentido, foram identificadas e analisadas experiências que utilizaram diferentes metodologias pedagógicas, como oficinas práticas, rodas de conversa e cursos de inclusão digital com foco em serviços financeiros. Essa análise buscou compreender as estratégias empregadas, os desafios enfrentados e os resultados alcançados por essas iniciativas.

Na interpretação dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo temática, que permitiu identificar, examinar e relatar padrões (temas) dentro dos dados coletados. Esse método possibilitou a organização e a descrição do conjunto de dados em detalhes, além de permitir a interpretação de vários aspectos da temática pesquisada. Os temas identificados foram



agrupados em três categorias: (1) desafios para o letramento financeiro na terceira idade; (2) metodologias pedagógicas adequadas ao público idoso; e (3) impactos do letramento financeiro na autonomia e na qualidade de vida dos idosos.

Cabe mencionar que a fundamentação teórica do estudo baseou-se na pedagogia freiriana, a qual propõe uma educação dialógica, contextualizada e participativa, e no conceito de envelhecimento ativo da OMS, que enfatiza a importância da autonomia, da saúde e da participação social na velhice. Essa base teórica orientou tanto a análise dos dados quanto a discussão dos resultados, permitindo uma compreensão ampla e crítica do fenômeno em tela.

REFERENCIAL TEÓRICO

O letramento financeiro na terceira idade insere-se em um contexto de transformações demográficas, tecnológicas e socioeconômicas, o que exige uma compreensão aprofundada das bases teóricas que sustentam sua importância. Este referencial teórico visa articular conceitos de educação financeira, envelhecimento ativo, pedagogia freiriana, exclusão digital e autonomia na velhice com as especificidades da população idosa no Brasil.

O conceito de letramento financeiro refere-se ao conjunto de habilidades e conhecimentos que permite a indivíduos gerenciarem seus recursos financeiros de maneira consciente, realizando escolhas informadas sobre orçamento, crédito, poupança e investimentos (OECD, 2020). No caso dos idosos, essa competência assume um caráter estratégico, pois a aposentadoria costuma acarretar uma redução de renda e o aumento dos custos com saúde e cuidados (D’Albuquerque, 2020).

No entendimento de Foguel e Rezende (2021), a educação financeira contribui para decisões econômicas prudentes e para uma maior segurança financeira. Contudo, dados do Relatório de Letramento Financeiro do Banco Central do Brasil (2023) revelam que apenas 35% dos brasileiros com mais de 60 anos possuem conhecimentos financeiros básicos, impactando sua autonomia econômica.

Essa ausência de letramento financeiro agrava a vulnerabilidade econômica dos idosos, sobretudo diante de práticas abusivas no mercado de crédito, a exemplo do crédito consignado. Basso (2020) destaca a hipervulnerabilidade desse grupo, a qual, por sua vez, resulta em superendividamento. A Serasa (2023) corrobora essa visão ao afirmar que seis milhões de idosos brasileiros estavam superendividados em 2023, evidenciando, assim, a urgência de estratégias de educação financeira voltadas a esse público.



A OMS (2002) define o envelhecimento ativo como aquele que promove saúde, participação e segurança, visando à melhoria da qualidade de vida na velhice. Nesse contexto, o letramento financeiro configura um instrumento de empoderamento que permite aos idosos controle sobre suas finanças e incentiva sua inclusão social (Scolari; Almeida; Souza, 2022). A educação contínua, por sua vez, surge como uma estratégia para que os idosos se adaptem às mudanças econômicas e tecnológicas (Marioto; Basile, 2020).

Todavia, a baixa escolaridade continua sendo um obstáculo significativo. O IBGE (2019) aponta que 41,3% dos idosos brasileiros possuem menos de quatro anos de estudo formal, o que dificulta a compreensão de conceitos financeiros básicos, como juros ou aplicações financeiras (Costa; Santos, 2023). Somem-se a isso as crenças culturais e a dependência financeira de familiares, as quais comprometem a autonomia e a capacidade crítica dos idosos, o que evidencia a necessidade de abordagens educativas específicas e sensíveis ao contexto cultural (Basso, 2020).

No tocante às práticas educativas voltadas à terceira idade, destaca-se a pedagogia de Paulo Freire, em especial no contexto do letramento financeiro. Freire desenvolveu uma concepção de educação libertadora que se contrapõe à *educação bancária*, na qual o educando é visto como um recipiente passivo de conhecimentos. Na obra *Pedagogia do oprimido* (Freire, 2019), ele propõe uma educação dialógica, contextualizada e participativa, na qual o educando torna-se sujeito ativo do processo de aprendizagem.

Para Freire, a educação deve partir da realidade concreta dos educandos, de seus saberes prévios e suas experiências de vida. No contexto do letramento financeiro para idosos, isso significa reconhecer e valorizar os conhecimentos que eles já possuem sobre gestão financeira, adquiridos ao longo de décadas de experiência, mesmo que esses conhecimentos não sejam formalizados ou sistematizados. Nas palavras de Freire (2019, p. 68), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

A conscientização, conceito central na pedagogia freiriana, refere-se ao processo pelo qual os indivíduos desenvolvem uma compreensão crítica da realidade e de sua própria condição nela. Em se tratando de letramento financeiro, isso implica que os idosos não só aprendam técnicas de gestão financeira, bem como compreendam, sob um viés crítico, as estruturas econômicas e sociais que afetam sua situação financeira, a exemplo de políticas de aposentadoria, sistema bancário e práticas de mercado que os vulnerabilizam.



Já a dialogicidade, princípio fundamental da educação libertadora, pressupõe uma relação horizontal entre educador e educando, baseada no diálogo e no respeito mútuo. Freire (2019, p. 95) afirma que “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. No âmbito do letramento financeiro para idosos, o diálogo permite que as práticas educativas sejam construídas de forma coletiva, respeitando o ritmo, as necessidades e os interesses desse público.

A autonomia, para Freire (2019, p. 107), remete à capacidade dos educandos de tomarem decisões conscientes e responsáveis. Para os idosos, a autonomia financeira está ligada à dignidade e à qualidade de vida na velhice. Programas de letramento financeiro baseados na pedagogia freiriana devem, portanto, promover a autonomia dos idosos, capacitando-os a assumirem decisões financeiras informadas e conscientes, sem imposições ou tutelas.

Por último, a práxis, entendida como a reflexão e a ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, é outro conceito caro à pedagogia freiriana. Sob a ótica do letramento financeiro, representa que os idosos refletem sobre sua situação financeira e agem para modificá-la, aplicando os conhecimentos adquiridos em sua vida cotidiana. “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (Freire, 2019, p. 52).

Logo, ao se aplicarem esses princípios ao letramento financeiro na terceira idade, é possível desenvolver metodologias que respeitem o ritmo de aprendizagem dos idosos, valorizem sua experiência de vida e promovam sua autonomia financeira. Experiências como oficinas práticas e rodas de conversa, como sugerem Marioto e Basile (2020), são eficazes para tratar temas como aposentadoria, orçamento familiar e prevenção a golpes, de maneira acessível e engajante. A valorização do saber prévio dos participantes, o uso de linguagem simples e a escolha de temas relevantes são aspectos que potencializam a eficácia das ações educativas (Silva; Almeida, 2022).

Stumpf Buaes (2015), em seu estudo sobre educação financeira com idosos em um contexto popular, demonstra como a aplicação dos princípios freirianos atua no empoderamento financeiro dessa população. A autora relata uma experiência pedagógica realizada com mulheres idosas, fundamentada em princípios da educação popular e da abordagem histórico-cultural, na qual as participantes produziram coletivamente estratégias de controle financeiro e novas construções conceituais dos mecanismos do crédito consignado.



Esse estudo evidencia que a educação financeira, quando fundamentada em metodologias participativas e contextualizadas na realidade dos idosos, transcende a transmissão de conhecimentos técnicos e transforma, de um ponto de vista crítico, a relação dessas pessoas com o dinheiro e os serviços financeiros. A abordagem freiriana demonstra que o empoderamento financeiro dos idosos ocorre não apenas por meio da aquisição de informações, mas sobretudo pela construção coletiva de saberes que partem de suas experiências concretas e necessidades reais.

A crescente digitalização dos serviços financeiros também impõe desafios à população idosa. De acordo com o IBGE (2022), apenas 54,5% dos idosos acessam a internet, e muitos ainda enfrentam dificuldades para utilizar aplicativos bancários ou ferramentas digitais com segurança (Costa; Santos, 2023). Nesse horizonte, Raymundo *et al.* (2022) reforçam que a exclusão digital resulta da falta de familiaridade com dispositivos, do receio de fraudes e da ausência de acessibilidade.

Superar essas barreiras exige, pois, a articulação entre alfabetização digital e educação financeira, por meio de estratégias que fomentem a autonomia tecnológica dos idosos (Banco Central, 2023). Programas que combinam o uso de plataformas digitais com conteúdos financeiros têm se mostrado eficazes nesse sentido (Marioto; Basile, 2020). Do mesmo modo, o Relatório de Economia Bancária do Banco Central do Brasil (2023) destaca que, embora a digitalização por meio de soluções como o Pix e o Open Finance tenha ampliado o acesso, ela também expôs a fragilidade digital de populações idosas e de baixa renda.

Sendo assim, é possível afirmar que a autonomia financeira na terceira idade está associada ao nível de letramento financeiro dos idosos. A capacidade de tomar decisões conscientes, adequadas às suas necessidades, proporciona independência e qualidade de vida (OCDE, 2020). Além disso, contribui para a prevenção de abusos econômicos e para o aumento da autoestima e do protagonismo dos idosos (Silva; Almeida, 2022). De acordo com a OMS (2002), a autonomia é um dos pilares do envelhecimento ativo. Dessa forma, a promoção do letramento financeiro deve ser integrada a políticas públicas que incentivem a cidadania e o envelhecimento saudável.

Nesse horizonte, ressalta-se ainda a complexidade das relações de consumo e a digitalização dos serviços financeiros, as quais ampliam as dificuldades enfrentadas pelos idosos. A compreensão de contratos de crédito, taxas de juros e plataformas digitais exige conhecimentos que, muitas vezes, não foram desenvolvidos ao longo da vida (Basso, 2020). O



Banco Central do Brasil (2023) revela que apenas 14,3% dos brasileiros conseguem calcular juros simples, e esse índice é ainda mais baixo entre os idosos. Diante desse cenário, programas de educação financeira devem priorizar materiais didáticos inclusivos, como vídeos, tutoriais ilustrados e simuladores acessíveis, promovendo também espaços de aprendizagem colaborativa.

O letramento financeiro na terceira idade é um campo interdisciplinar que envolve saberes da Educação, da Economia Comportamental e da Gerontologia. A articulação entre a pedagogia freiriana e o conceito de envelhecimento ativo oferece uma base teórica sólida para o desenvolvimento de práticas educativas que respeitem as especificidades dos idosos brasileiros. Superar barreiras como a baixa escolaridade, a exclusão digital e os estigmas culturais exige metodologias participativas, inclusivas e sensíveis às trajetórias de vida dos idosos. Assim, o letramento financeiro contribui para a gestão individual de recursos, bem como para o fortalecimento da autonomia, da cidadania e da dignidade na velhice.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A promoção do letramento financeiro para idosos é fundamental, dado o envelhecimento demográfico e as transformações econômicas que têm redefinido o cenário social e financeiro. Embora o conceito de letramento financeiro tenha sido discutido em diferentes faixas etárias, sua aplicação para a população idosa revela desafios específicos.

A aposentadoria, que, muitas vezes, resulta na diminuição da renda, aumenta a vulnerabilidade financeira dos idosos, criando uma necessidade urgente de habilidades financeiras para gerenciar seus recursos de forma eficiente. No entanto, grande parte dessa população apresenta conhecimento limitado sobre finanças, o que compromete sua capacidade de tomar decisões informadas, sobretudo em um contexto de crescente complexidade financeira.

A escolha da expressão *letramento financeiro* em vez de *educação financeira* reflete uma compreensão contextualizada do processo de aprendizagem. Ao passo que a educação financeira concentra-se em conceitos abstratos, o letramento financeiro reconhece o valor da experiência prática, da aplicação dos conhecimentos no cotidiano e do respeito às limitações cognitivas e à trajetória de vida dos idosos. Essa abordagem alinha-se com a pedagogia



freiriana, que valoriza o saber prévio dos educandos e propõe uma educação dialógica e transformadora.

A experiência no mercado financeiro brasileiro nas últimas décadas revela uma evolução no tratamento oferecido aos idosos. Antes de 2003, quando foi criado o crédito consignado para aposentados e pensionistas, os idosos eram invisíveis para o sistema financeiro, enfrentando discriminação e exclusão. Era comum ouvir de lideranças bancárias expressões como *precisamos tirar o lixo da agência*, referindo-se aos idosos que buscavam serviços financeiros, porém não tinham acesso ao crédito.

O surgimento do crédito consignado, em 2003, marcou um momento decisivo para a inclusão financeira dos idosos brasileiros. Essa modalidade de empréstimo ofereceu aos aposentados e pensionistas, de forma inédita, condições vantajosas de acesso ao crédito, incluindo juros menores e prazos extensos. Essa inovação foi crucial para afirmar os idosos como cidadãos detentores de direitos financeiros, com autonomia para decidirem sobre seus recursos e participarem ativamente do mercado econômico. Entretanto, esse processo de inclusão financeira mostrou-se limitado e, muitas vezes, prejudicial.

Apesar de ter facilitado o acesso ao crédito, não houve um investimento equivalente em educação financeira voltada para essa população. Como consequência, os idosos ficaram expostos a práticas comerciais abusivas, resultando em endividamento excessivo e comprometimento de sua independência financeira. A simplicidade na contratação do crédito consignado, somada ao desconto automático no benefício e à falta de conhecimento sobre juros, prazos e consequências orçamentárias, gerou uma situação de fragilidade para muitos idosos.

Além da escassez de programas adequados para esse público, a exclusão digital apresenta-se como um obstáculo para o letramento financeiro entre os idosos. A transição para uma economia digital tem implicações severas para aqueles que não possuem familiaridade com as novas ferramentas tecnológicas, como aplicativos bancários ou sistemas de pagamento digital. Essa barreira tecnológica dificulta o acesso a informações financeiras atualizadas e expõe os idosos a riscos de fraudes, reforçando a necessidade de programas de alfabetização digital integrados ao letramento financeiro. A integração destas duas dimensões – letramento financeiro e inclusão digital – surge como uma solução crítica para garantir a autonomia financeira dos idosos, permitindo-lhes participar de maneira plena das dinâmicas econômicas contemporâneas.



A pedagogia freiriana oferece um referencial teórico sólido ao afirmar que a educação deve ser participativa e contextualizada e respeitar o ritmo de aprendizagem do educando. Essa abordagem é ainda mais relevante quando se considera o idoso como sujeito ativo do processo de aprendizagem. Nesse sentido, a fim de que os programas de educação financeira atinjam, de fato, esse público, é preciso que sejam adaptados às suas demandas, considerando sua experiência de vida, suas limitações cognitivas e seu ritmo de aprendizagem. Os idosos têm dificuldades com terminologias financeiras complexas e podem se beneficiar de abordagens práticas e interativas, como oficinas e dinâmicas de grupo. Essas metodologias possibilitam a construção de um conhecimento acessível, baseado no cotidiano dos participantes, e eficaz em promover a autonomia financeira.

A conexão entre letramento financeiro e envelhecimento ativo também deve ser destacada. O conceito de envelhecimento ativo, proposto pela OMS, enfatiza a importância da autonomia, da saúde e da participação social na velhice. Nesse contexto, o letramento financeiro permite aos idosos não apenas controlarem suas finanças, mas também preservarem sua dignidade e independência. A capacidade de gerenciar suas próprias finanças está ligada à sensação de controle e segurança, fatores fundamentais para a qualidade de vida. A educação financeira, ao promover esse tipo de autonomia, contribui, assim, para a prevenção de abusos econômicos, como fraudes e superendividamento, que afetam uma parcela significativa da população idosa.

Todavia, programas de educação financeira eficazes ainda enfrentam obstáculos à sua implementação. A escassez de políticas públicas voltadas para esse público, somada à baixa escolaridade de muitos idosos, impede o alcance de resultados expressivos. Isso porque grande parte da população idosa brasileira tem níveis educacionais baixos, o que dificulta a compreensão de conceitos financeiros, como juros, investimentos e orçamento pessoal. Além disso, o receio de recorrer a serviços financeiros digitais, aliado à falta de confiança nas plataformas tecnológicas, agrava a situação de exclusão financeira. Por isso, a criação de políticas públicas integradas, que combinem a alfabetização digital com a educação financeira, é uma medida crucial para garantir que os idosos possam viver com segurança financeira.

Dessa forma, a educação financeira para idosos, além de ser uma questão de formação, deve ser vista como uma questão de cidadania e inclusão social. Proporcionar autonomia financeira a essa faixa etária significa também fortalecer sua participação ativa na sociedade, permitindo-lhes tomar decisões informadas, gerir seus recursos e enfrentar as dificuldades



econômicas de forma equilibrada. A fim de alcançar esse objetivo, é imperativo o desenvolvimento de programas educativos acompanhado por uma mudança nas políticas públicas, com a inclusão da educação financeira como uma prioridade para o envelhecimento saudável.

Em resumo, o letramento financeiro na terceira idade é um campo que, embora ainda em expansão, apresenta potencial para melhorar a qualidade de vida dos idosos. A superação das barreiras educacionais e tecnológicas, bem como a implementação de metodologias pedagógicas apropriadas, são os primeiros passos para que essa população possa alcançar independência financeira e, por conseguinte, uma vida digna e plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O letramento financeiro na terceira idade consiste em uma ferramenta fundamental para promover a autonomia econômica dos idosos e melhorar sua qualidade de vida. Com base na revisão de literatura e na análise teórica proposta, ficou evidente que a educação financeira não apenas contribui para decisões conscientes sobre a gestão de recursos, bem como empodera a população idosa diante dos desafios econômicos impostos pela aposentadoria e pela vulnerabilidade social.

No contexto brasileiro, no qual a exclusão digital e a baixa escolaridade são obstáculos, a promoção de programas de letramento financeiro, que integrem aspectos culturais e a realidade do envelhecimento, assegura a inclusão financeira dessa faixa etária. Os estudos de Stumpf Buaes (2015), Marioto e Basile (2020) e Silva e Almeida (2022) apontam que a pedagogia freiriana e as abordagens de envelhecimento ativo podem ser adaptadas para criar práticas educacionais eficazes e sensíveis às necessidades dos idosos. Essas práticas devem ser inclusivas, respeitar a experiência de vida dos participantes e considerar suas dificuldades cognitivas e tecnológicas. Programas de educação financeira devem, portanto, ser desenhados de forma participativa, utilizando métodos como oficinas e rodas de conversa, que favoreçam a interação e o aprendizado ativo.

A análise da evolução do acesso ao crédito para idosos no Brasil revela uma transformação significativa nas últimas décadas. De uma situação de exclusão quase total antes de 2003, passou-se a um cenário de inclusão financeira parcial com a criação do crédito consignado. No entanto, essa inclusão não foi acompanhada por iniciativas adequadas de letramento financeiro, resultando em vulnerabilidades e abusos. Essa experiência histórica



reforça a necessidade de uma abordagem integrada, que combine acesso a produtos financeiros com educação para seu uso consciente.

A escolha da expressão *letramento financeiro* em detrimento de *educação financeira* reflete uma compreensão do processo de aprendizagem na terceira idade. Enquanto a educação financeira centra-se em conceitos abstratos, o letramento financeiro valoriza a experiência prática, a aplicação dos conhecimentos no cotidiano e o respeito às especificidades dos idosos. Essa abordagem vai ao encontro dos princípios da pedagogia freiriana, que reconhece os educandos como sujeitos ativos e portadores de saberes valiosos.

Apesar dos avanços em algumas áreas, ainda há uma carência de políticas públicas focadas em letramento financeiro para idosos, sobretudo no que se refere à inclusão digital e ao acesso a serviços financeiros adequados. A utilização de tecnologias emergentes, como o Pix e o Open Finance, trouxe benefícios, porém expôs a fragilidade de muitos idosos em relação à tecnologia, o que reforça a necessidade de estratégias de alfabetização digital aliadas à educação financeira.

Nesse sentido, é imprescindível que novas pesquisas sejam conduzidas para avaliar a eficácia de diferentes metodologias e programas de letramento financeiro no Brasil, levando em conta a diversidade regional e as diferentes realidades dos idosos. Além disso, tais estudos devem analisar a aplicabilidade de modelos de educação financeira que considerem a exclusão digital, a vulnerabilidade econômica e os desafios culturais enfrentados por esse público.

Por fim, a contínua integração de teoria e prática, aliada à elaboração de políticas públicas eficazes, contribuirá para a construção de uma sociedade justa e inclusiva, em que os idosos tenham a oportunidade de manter sua autonomia financeira, preservar sua dignidade e participar de modo ativo da vida social e econômica.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Mensuração do letramento e da inclusão financeira**. Brasília: BCB, 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. Brasília: BCB, 2023.

BASSO, L. A. O superendividamento da pessoa idosa e sua hipervulnerabilidade nas relações de consumo. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 124, p. 45-67, 2020.

COSTA, A. P.; SANTOS, D. M. Inclusão financeira e exclusão digital de idosos: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação Financeira**, v. 6, n. 2, p. 89-104, 2023.



D'ALBUQUERQUE, L. C. Educação financeira e envelhecimento: uma proposta de política pública. **Revista Envelhecer**, v. 12, n. 1, p. 34-50, 2020.

FOGUEL, J. E.; REZENDE, F. Educação financeira e comportamento do consumidor idoso. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 52, n. 4, p. 29-47, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LAB NOVA LONGEVIDADE. **Letramento e Inclusão Digital**. 2024. Disponível em: <https://labnovalongevidade.org/contribuicoes/letramento-e-inclusao-digital/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MARIOTO, J. A.; BASILE, L. Educação financeira para a terceira idade: experiências pedagógicas em espaços comunitários. **Revista Pedagogia em Ação**, v. 7, n. 1, p. 112-131, 2020.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD/INFE 2020 International Survey of Adult Financial Literacy**. Paris: OECD Publishing, 2020.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: OPAS, 2002.

PESSOA, F. **Livro do Desassossego**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RAYMUNDO, L. S. *et al.* Alfabetização digital e desafios para a inclusão de idosos. **Cadernos de Humanidade e Tecnologia**, v. 18, n. 1, p. 55-71, 2022.

SCOLARI, F.; ALMEIDA, M. R.; SOUZA, L. B. Educação financeira como promotora do envelhecimento ativo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 2, p. 98-113, 2022.

SERASA. **Relatório de Endividamento da População Brasileira**. São Paulo: Serasa Experian, 2023.

SILVA, E. R.; ALMEIDA, L. A. Educação financeira e autonomia na velhice: contribuições teóricas e práticas. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 25, n. 3, p. 233-251, 2022.

STUMPF BUAES, C. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular. **Educação & Realidade**, v. 40, n. 1, p. 105-127, 2015.

